



II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores
25 a 27 de setembro de 2017
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 5: Teoria do Discurso, Métodos e Técnicas de Pesquisa

Partidos Políticos:
uma nova metodologia de classificação

Mariele Domingues
Graduanda em Ciências Sociais
Universidade Federal de Pelotas
E-mail: marieleadomingues@gmail.com

Letícia Baron
Mestranda em Ciência Política
Universidade Federal de Pelotas
E-mail: letibaron@hotmail.com



Partidos Políticos: uma nova metodologia de classificação

Mariele Domingues

Letícia Baron

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar a metodologia de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros ancorada na epistemologia pós-estruturalista e na teoria do discurso proposta por Laclau e Mouffe, pensada e desenvolvida pelo grupo de pesquisa "Ideologia e Análise de Discurso". O primeiro passo da pesquisa consistiu em verificar quais os sentidos atribuídos à direita e esquerda nos campos Social, Estado e Economia à partir dos pronunciamentos dos deputados federais no período de 2003 a 2014. Este material foi sistematizado em um "quadro de sentidos ideológicos" que funciona como um guia para a classificação partidária. O passo seguinte consistiu na verificação de viabilidade do material construído, a partir da análise dos projetos de lei protocolados pelos deputados do Partido Verde no período da 54 legislatura. A busca no sítio virtual da Câmara dos Deputados, de domínio público, resultou em 238 ocorrências. O texto legal foi importado para o Programa NVivo, e classificado segundo o tema entre direita e esquerda nos campos supracitados. A partir disso, se tornou possível verificar como o partido se situa ideologicamente no campo político brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do Discurso, Ideologia, Classificação dos Partidos Políticos

1) Introdução:

Partindo do pressuposto de que há uma defasagem na literatura nacional sobre a classificação ideológica dos partidos políticos – o que lança efeitos, inclusive, na capacidade da Ciência Política apresentar soluções viáveis para fenômenos institucionais complexos – o presente artigo tem por objetivo demonstrar o desenvolvimento de uma nova metodologia de classificação partidária de inspiração na teoria do discurso proposta por Laclau e Mouffe.



Os teóricos institucionalistas brasileiros, quando da análise do comportamento parlamentar, tomam por base uma classificação partidária desenvolvida por Limongi e Figueiredo (1995) no final da década de 80. Eles desenvolveram uma tipologia que divide os partidos entre a direita formada pelos PDS/PPR/PPB/PP, PFL/DEM e PTB; o centro, formado pelos PMDB e PSDB e; a esquerda, representada pelos PDT e PT. Ampliando um pouco mais esta relação, tem-se que os principais partidos brasileiros hoje organizam-se de acordo com as suas respectivas escalas ideológicas: PP, DEM, PTB e PR na direita; PSDB e PMDB no centro e; PT, PSB, PDT, PCdoB e PPS na esquerda.

Entende-se que tal configuração está defasada, principalmente por conta do rearranjo institucional pelo qual passaram os partidos políticos quando da ascensão do Partido dos Trabalhadores a chefia do Executivo em 2003 (Melo e Anastasia, 2005; Carreirão, 2008; Mendonça, 2010, 2011) e, novamente, após o pedido de impeachment protocolado em 2015. Ademais, os trabalhos que se debruçam sobre o comportamento partidário tomam a ideologia como um conceito dado, não apresentando o devido aprofundamento que a palavra requer. Os partidos são compreendidos como organizações homogêneas, ao passo que suas ideologias são analisadas partindo-se de uma premissa essencialista incapaz de compreender a relação estabelecida entre a ideologia partidária e os posicionamentos políticos orquestrados desde o início do governo Lula, principalmente nos períodos em que a base aliada era composta pela mais ampla vertente de parlamentares com distintas formas de significar o mundo.

Daí porque se faz necessária uma atualização metodológica na classificação dos partidos político, a fim de trazer as análises ideológicas do partidarismo brasileiro elementos capazes de darem conta da complexidade dos fenômenos diários. Assim, o problema que se coloca é justamente o de descobrir qual seria, atualmente, a melhor forma de classificar os partidos políticos brasileiros em termos ideológicos.

Partindo-se da hipótese de que não podemos hoje estabelecer uma relação automática entre ideologias (esquerda/centro/direita) e partidos políticos correspondentes, não podemos falar em partidos essencialmente de esquerda, de



centro e de direita. O que se coloca são políticas de esquerda, de centro e de direita que são em alguma medida adotadas pelos partidos políticos brasileiros, seja na oposição, seja na situação de governo.

Dessa forma, o presente artigo se organiza em três momentos distintos: o primeiro visa demonstrar as categorias teóricas que embasam o presente trabalho; o segundo visa demonstrar o passo a passo acerca do desenvolvimento da metodologia aqui proposta e, por fim, o terceiro tem por finalidade testar o procedimento adotado mediante a classificação dos projetos de lei de autoria parlamentar do Partido Verde ao longo da 54ª legislatura.

Cumprido salientar que o desenvolvimento da metodologia resulta do trabalho coletivo dos membros do grupo de pesquisa Ideologia e Análise do Discurso, coordenados pelos professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares.

2) Referencial teórico: a noção de ideologia e de discurso.

O desenvolvimento de um procedimento metodológico baseado nos pressupostos epistêmicos do pós-estruturalismo – tão pouco elaborados pelos estudiosos da Ciência Política brasileira – faz necessária a explicação sobre as principais ferramentas teóricas utilizadas, principalmente a noção de ideologia e de discurso. Nesse sentido, a primeira parte da explanação dará conta da noção de discurso – enfatizando seu aspecto material – ao passo que a segunda parte tratará da noção de ideologia a partir de uma concepção mais contemporânea. (Žižek, 1992, 1996; Laclau, 1990, 2014)

De início, é preciso compreender que a noção de discurso, na teoria proposta por Laclau e Mouffe, sofre influência das discussões francesas iniciadas a partir dos estudos de Saussure. O autor (2006) defende que há uma distinção entre o objeto (o significante) e sua imagem acústica (o significado) e que tal processo de significação é estrutural e dependente de um contexto relacional e negativo. A existência de um sentido está vinculada a outro que é diferente dele, e justamente por isso é negativo (A é A, porque não é B). Do ponto de vista da teoria do discurso, os indivíduos são sujeitos e, nessa condição, aceitam e reproduzem as regras das estruturas que preexistem a eles. As estruturas são, nesse contexto, discursos.



Daí porque se faz tão necessário compreender o que os autores compreendem por discurso. Para os autores, ele ultrapassa o mero exercício mental de organização de ideias por meio de frases gramaticalmente estruturadas, para assumir um caráter material. Disso decorre que não há uma distinção entre o discurso e práxis, visto que a distinção usualmente feita entre os aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social ou é uma distinção incorreta, ou deve ter lugar como diferenciação na produção social de sentido. (Laclau e Mouffe, 2015, p. 180). Laclau (2000, p.10 apud Mendonça, 2003, p. 140) explica que “um espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se por discurso não se designa somente a palavra ou a escrita, mas todo o tipo de ligação entre as palavras e ações, formando assim totalidades discursivas.”

Conforme se pode depreender, é no campo da discursividade que se operacionaliza a fixação de sentidos parciais, por meio de uma prática articulatória. A articulação, segundo os autores (2015, p. 178), se estabelece entre elementos que, até então, estavam dispersos um em relação ao outro, de forma aleatória, no campo da discursividade. A prática articulatória agrega esses elementos – antes dispersos – e os transforma em momentos. Essa transformação resulta na “modificação de identidades, ou melhor, em uma alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao seu ingresso na prática articulatória.” (Mendonça, 2003, p. 141). O discurso, por sua vez, “é a totalidade estruturada resultante desta prática articulatória.” (Laclau, Mouffe, 2015, p. 178).

Disso decorre uma importante consequência: é no interior do discurso que se dá a produção de sentido, que jamais será completa pela impossibilidade de se atingir o sentido último. Assim sendo, a estrutura discursiva somente fixa sentidos parciais, viabilizando a flutuação das diferenças. Laclau e Mouffe esclarecem que “a transformação de elementos em momentos nunca é completa (Laclau, Mouffe, 2015, p. 194)”. Isso quer dizer que as identidades se constituem através de uma prática articulatória que, em um dado momento, as uniu em torno de um ponto nodal que expressa um sentido comum entre elas. Contudo, suas diferenças não são apagadas, pela própria presença de elementos. Essa perspectiva é decisiva para que se possa compreender o que se entende, no âmbito deste trabalho, por ideologia.



O conceito de ideologia aqui adotado – que assume centralidade e justifica o desenvolvimento da metodologia aqui proposta – tem inspiração na produção contemporânea, principalmente nas obras de Althusser (1985), Laclau (1990, 2002) e Slavoj Žižek (1992, 1996).

Althusser (1985), na obra *Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado*, defende que a noção de ideologia está sempre presente nas estruturas. Sua constatação deriva do fato de que, no nível ôntico, a presença da ideologia é uma constante ao passo que, no nível ontológico, elas possuem existência difusa e são substituídas por outras. Considerando que a teoria do discurso defende, conforme explanamos acima, que o processo de significação é sempre precário e contingente, o papel da ideologia é justamente dar um sentido de permanência. Segundo Laclau (1990, p. 106), “o ideológico seria a vontade de “totalidade” de todo discurso totalizante”. Nesse sentido, a ideologia tem a função de produzir um efeito de verdade.

Outro ponto que é importante destacar sobre a noção de ideologia adotada na teoria do discurso político diz respeito à percepção tradicionalmente defendida pela corrente marxista de que ela se configura como um obstáculo a verdade efetiva das coisas. A teoria do discurso, enquanto ferramenta teórica alicerçada na epistemologia pós-estruturalista, rejeita qualquer prescritibilidade ou normatividade absolutas, uma vez que se antepõe a busca racionalista de uma verdade indiscutível e transparente pela própria impossibilidade do fechamento completo de sentidos. Inserido nesse contexto, a ideologia não tem esse condão de esconder a verdade, embora deva ser assim percebida no nível ontológico, no qual atuam os parlamentares.

Sabendo-se disso, é possível fazer a intersecção entre as noções de discurso e ideologia. Conforme explanado, o processo de significação é infinito, porque marcado sempre pela contingência e pela precariedade. O papel da ideologia é justamente fechar os sentidos que um significado pode trazer, trazendo consigo um sentido de verdade.

Esses dois conceitos são fundamentais para a pesquisa que se propõe a ser realizada porque vem a demonstrar que todas as ações dos parlamentares estão sedimentadas pela ideologia, não se podendo falar de ações “extra-ideológicas”. Tal



acepção teórica marca um rompimento com a literatura tradicional, que vem a considerar que os parlamentares vêm a fazer rompimentos com sua ideologia tradicional em prol de um ideal de governabilidade ou para trazer efetividade a políticas que beneficiam o bem comum. Considera-se que essas atitudes, para além de não caracterizarem um abandono ideológico, são manifestações ideológicas que justificam a representação dentro de uma concepção democrática liberal que se preocupa principalmente com a manutenção de cargos legislativos.

3) O desenho metodológico:

Tendo em conta os pressupostos teóricos acima explanados, o desafio que se coloca é o de desenvolver uma metodologia que dê conta da complexidade e da dinamicidade do social. Nesse sentido, a fim de inteiramente contemplar os objetivos da pesquisa, dividiu-se a construção metodológica em dois momentos distintos. Antes de adentrar nos meandros de cada um deles, cumpre destacar que eles resultam dos esforços concentrados nos três últimos anos do grupo de pesquisa Ideologia e Análise do Discurso, sob coordenação dos professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares.

O primeiro momento da construção metodológica diz respeito ao conhecimento dos sentidos discursivos que estruturam o campo e que guardam, em si, o enquadramento ideológico de cada política proposta. Essa etapa na construção metodológica é importante porque se atenta ao fato de que as significações em torno de direita e esquerda são construídas pelo próprio campo político, e não por agendas de pesquisas externas que vem a impor sua significação sem necessariamente estarem atentas às dinâmicas próprias dos sujeitos que visam descrever.

O segundo momento tem a preocupação em cruzar os elementos do discurso parlamentar com a prática política, sempre atento ao fato de que o discurso possui uma dimensão material. Isso se operacionaliza mediante a análise das ações parlamentares específicas, expressas pela proposição de projetos de lei, medidas provisórias, propostas de emendas constitucionais, políticas públicas, entre outras. Para realização deste trabalho, analisaremos os projetos de lei de autoria do Partido Verde.



Ciente disso, passa-se a descrição dos procedimentos metodológicos específicos. Para melhor compreensão, eles foram divididos em dois tópicos distintos: o primeiro diz respeito a coleta e sistematização dos pronunciamentos parlamentares, ao passo que o segundo se atenta a classificação das atividades legislativas.

3.1. Primeira etapa: Análise dos sentidos ideológicos presentes no campo político.

Conforme explanado no tópico anterior, o objetivo aqui é demonstrar como se deu a primeira etapa do desenvolvimento metodológico que aqui se propõe. Ele diz respeito a forma com que o campo político atribui sentidos discursivos ao que pode ser considerado de direita e esquerda.

Esse primeiro momento foi dividido em três fases distintas: a seleção das palavras detonadoras, a descoberta dos sentidos comumente atribuídos a elas e, por fim, a construção do quadro dos sentidos.

3.1.1. A escolha das “palavras detonadoras”

O primeiro passo realizado diz respeito à definição das palavras-chave, denominadas por Linhares e Mendonça (2016) como “palavras detonadoras”, que nortearam a busca pelos sentidos ideológicos mais recorrentemente utilizados pelo campo político brasileiro. A pesquisa foi realizada no campo virtual da Câmara dos Deputados, disponível para consulta pública, e se deu pela seleção de todos os pronunciamentos parlamentares que envolviam a discussão dos seguintes temas: capitalismo; capitalista; comunismo; comunista; conservador; democracia; direita; esquerda; fascista; ideologia; liberal; neoliberal; progressista; socialismo e socialista.

A seleção das palavras se deu porque elas guardam sentidos ideológicos específicos e propiciaram, dessa forma, uma visão contextual dos principais princípios e valores que estruturam o campo, bem como dos sentidos que estão em disputa entre as diferentes correntes políticas.

A busca foi realizada no “Banco de Discursos”, de responsabilidade do Banco de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados. O recorte temporal selecionado foi correspondente ao período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de



dezembro de 2014, correspondente ao período de governança petista na chefia do Poder Executivo. Foram considerados, para os fins da pesquisa, os pronunciamentos indexados nos “sumários” dos discursos e notas taquigráficas.

O procedimento de busca no site, se deu da seguinte forma: no campo destinado à abrangência temporal da busca, foram selecionadas as seguintes datas: 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2014; no campo “assunto” inserimos a palavra detonadora escolhida.

A partir dos resultados obtidos na busca, foram realizados os seguintes procedimentos: leitura dos pronunciamentos; seleção de trechos desses documentos nos quais se fazia possível perceber os “sentidos aplicados”, ou seja, aqueles sentidos que se constituem ideologicamente em relação a palavra detonadora.

Essas informações foram inseridas em uma planilha no sistema Excel, contendo, inicialmente, os seguintes campos de classificação divididos em colunas: nome do parlamentar, partido, estado, data (do pronunciamento em plenário), página (do diário em que constava o pronunciamento), trecho (selecionado do pronunciamento) e palavra detonadora. Esse foi o esforço inicial de sistematização, no qual foram selecionados todos os pronunciamentos parlamentares que pudessem trazer uma contribuição para a realização de nossa pesquisa.

3.1.2. O levantamento dos “sentidos aplicados”:

Sistematizados em uma tabela do excel os trechos com sentidos pertinentes a pesquisa que estava se construindo, fez-se necessária uma revisão mais acurada dos trechos tabulados a fim de se identificar os sentidos ideológicos aplicados a cada uma das palavras detonadoras.

Para tanto, foram adicionados à planilha mais duas colunas, à direita das demais, nomeadas de “significante” e “significado”. No campo atinente ao significante, foi repetida a palavra detonadora, ao passo que no campo do significado foram elucidados os sentidos atribuídos a ela. Tomando-se por exemplo o “capitalismo”, a tabela se organizou da seguinte maneira: no campo do significante repetiu-se a palavra detonadora, ao passo que no campo do significado inseriu-se o sentido a ele atribuído (por exemplo, modo de produção calcado na exploração).



Poderia ocorrer que, em um mesmo pronunciamento, houvesse mais de um sentido atribuído ao significante. Por exemplo, o parlamentar poderia significar o capitalismo como: a) um modo de produção calcado na exploração; b) responsável pelas desigualdades sociais; e c) promotor de grandes violações ao meio ambiente. Em situações como essa, as colunas eram replicadas conforme o número de ocorrência de sentidos ideológicos presentes no discurso.

A organização da tabela conforme descrito acima foi fundamental para a implementação da última etapa do último momento, que é a sistematização e organização dos sentidos segundo políticas de esquerda ou direita no que foi denominado “quadro de sentidos ideológicos”.

3.1.3. A construção do “Quadro de Sentidos Ideológicos”

Finalizadas as análises iniciais, passa-se para a última fase de análise desta etapa da pesquisa, que consistiu na elaboração de um grande quadro de sentidos ideológicos.

Nesta fase realizou-se a construção de categorias, definidas à partir da identificação dos assuntos discutidos pelos parlamentares nos pronunciamentos analisados. Eles dividiram-se em três grandes áreas temáticas: **Economia** (políticas formuladas para as áreas do micro e da macroeconomia); **Estado** (administração pública e política internacional) e **Social** (variadas políticas não abrangidas nas duas primeiras áreas), cada uma contendo quatro subdivisões, ligadas ao *continuum ideológico* esquerda – direita, categorizados como: esquerda conservadora, esquerda liberal, direita liberal e direita conservadora.

Organizados dessa forma, pudemos então ordenar os sentidos aplicados, encontrados na etapa anterior da pesquisa, para cada uma das quatro subdivisões presentes nas três grandes áreas temáticas, por eixo ideológico (mimeo)¹. Os sentidos foram estruturados segundo vinte e um eixos ideológicos específicos, a saber: **Economia** - consumidor, desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, importação/exportação e tributação; **Estado** - política externa, privatizações, reforma política, previdência e segurança; **Social** - cidadania,

¹ LINHARES, Bianca.; MENDONÇA, Daniel de. Comunistas? Uma análise dos projetos de lei dos deputados federais do PCdoB e PPS. Pelotas: 2017. (mimeo)



direitos dos indígenas, direitos da infância e juventude, direitos das mulheres, direitos LGBT, relações raciais, educação, relações trabalhistas, inclusão social, meio ambiente e relações agrárias.

3.2.) A aplicação do quadro dos sentidos à iniciativa parlamentar do Partido Verde:

Conforme explorado no tópico referente a base teórica que embasa o desenvolvimento da presente pesquisa, o discurso tem uma dimensão material, de tal forma que não é possível separar enunciado e práxis (Laclau; Mouffe, 2015). Por conta disso, não basta somente compreender quais são os sentidos comumente atribuídos às políticas de esquerda e de direita, fazendo-se necessária sua justa composição com as proposições legislativas.

Nesse sentido, é objetivo da pesquisa contrapor os projetos de lei, propostas de emendas constitucionais, políticas públicas, medidas provisórias, dentre outras aos sentidos capturados na “Tabela de Sentidos”, visando seu enquadramento entre os espectros da direita e da esquerda. Para a realização da presente pesquisa, foram analisados os projetos de lei de autoria do Partido Verde ao longo da 54ª Legislatura. Contudo, isso é uma mera exemplificação, se fazendo necessário expandir o procedimento para todo o período estudado (2003 a 2014) e para todos os partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

A seleção do Partido Verde para o teste inicial da metodologia se deu por diversas razões. Dentre essas, destaca-se o dúbio papel que o partido desempenha na Câmara dos Deputados, por vezes defendendo políticas de esquerda e por vezes de direita (Oliveira, 2017). Da mesma forma, o fato de o partido possuir uma bandeira de lutas específicas (qual seja, a questão ambiental) suscita questionamentos sobre a forma como ele significa questões que ultrapassam essa barreira.

Ademais, há um fato interessante na própria constituição do partido, que justifica não só a sua escolha, como também o período estudado (2010 a 2014). As eleições presidenciais de 2010 ocasionaram um significativo crescimento partidário (Sirkis, 2010), motivado pela migração da corrente vinculada a Marina Silva pelo descontentamento ocasionado pela aproximação dos ruralistas ao Partido dos



Trabalhadores (Ribeiro, 2014). A então candidata exigiu que, para que fosse feita sua filiação ainda em 2009, ela necessariamente fosse indicada como candidata a Chefia do Poder Executivo e pudesse indicar a maioria simples dos dirigentes da Executiva Nacional do Partido (Oliveira, 2017). Isso necessariamente ocasionou uma modificação na dinâmica interna da organização, bem como nas prioridades legislativas, o que tornou interessante a análise do partido no período compreendido.

3.2.1) Levantamento do material:

A primeira etapa da segunda fase do desenvolvimento da pesquisa consistiu na busca de Projetos de Lei de autoria dos parlamentares do Partido Verde na legislatura correspondente aos anos de 2010 a 2011.

O acesso aos referidos projetos de lei se deu no sítio virtual da Câmara dos Deputados, de acesso público. O procedimento adotado foi acessar a guia “Atividade Legislativa”, pesquisa avançada de “Projetos de Lei e outras Proposições”, no campo “Tipo da Proposição”, pela opção PL- Projeto de Lei; nos campos “Data Inicial” por um de janeiro de dois mil e onze e “Data Final” por trinta e um de dezembro de dois mil e quatorze; no campo “Partido do autor” por PV e demais campos de pesquisa em branco. A pesquisa gerou o seguinte resultado:

Projetos de Lei de autoria do Partido Verde ao longo da 54ª Legislatura:	
2011	134
2012	59
2013	42
2014	14
TOTAL	249

O passo seguinte consistiu em criar pastas correspondentes a cada ano utilizado. Feito isso, foram feitos os *downloads* de cada projeto de lei e armazenados na pasta correspondente ao ano de propositura.



3.2.2) Catalogação do material reunido.

A análise e classificação dos projetos de lei se deu mediante a utilização do software NVivo. Trata-se esse de um programa destinado a auxiliar pesquisas de caráter qualitativo, que permite a organização do material por modelos e nós./

No caso da presente pesquisa, foram criados nós com as grandes classes de análise (Estado, Economia e Social). Cada subcategoria dessas grandes classes adentrou como um subnó (como, por exemplo, dentro do nó Estado foram criados os subnós para os sentidos atribuídos a consumidor, desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, importação/exportação e tributação). Dentro de cada subnó foi criado, ainda, novos subnós que serviriam para classificação dos projetos entre direita conservadora, direita liberal, esquerda conservadora e esquerda liberal.

Feito isso, foram importados todos os projetos de lei salvos para o interior do programa como fontes. Eles foram individualmente lidos e classificados – considerando seu conteúdo – pelos sentidos comumente empregados nos subnós criados. Cumpre destacar que, dos 249 projetos de lei, 23 deles não foram classificados entre os sentidos presentes na tabela porque não continham um gradiente ideológico específico. Eles versavam, majoritariamente, sobre a regulamentação de profissões, feriados e designação de datas festivas em comemoração à pessoas e fatos. Após a leitura e classificação de todos os projetos de lei, foi possível dimensionar a ideologia do Partido Verde, conforme será demonstrado no tópico abaixo.

3.2.3) Caracterização dos PL's por eixo temático e eixo ideológico.

A classificação dos projetos de lei, de acordo com a temática e com o sentido ideológico presente no quadro de sentidos, foi sintetizado no quadro abaixo relacionado:

Quadro de Sentidos Ideológicos Partido Verde (2011 – 2014)
Estado



	Direita Liberal	Direita Conservadora	Esquerda Liberal	Esquerda Conservadora
Política Externa			1	
Reforma Política			8	
Segurança	16		5	
Tributação	9		13	
TOTAL	25	0	27	0
Economia				
Consumidor	2		26	
Econômico	1		4	
Regional			4	
TOTAL	3	0	34	0
Social				
Cidadania	2	6	25	
Juventude		3	13	
Mulheres		2	2	
Étnicos			3	
Indígenas			2	
LGBT's			1	



Educação	1	2	11	
Inclusão Social			5	
Meio Ambiente	4	1	39	
Relações de Emprego	1		14	
TOTAL	8	14	115	0

Pela análise do quadro, verifica-se que o partido não se coloca de forma hegemônica nos diversos campos: enquanto que há poucas distinções entre a direita e a esquerda liberal nos projetos que significam o Estado, há um largo predomínio da ideologia da esquerda liberal nos projetos que significam a Economia e o Social. Vejamos mais especificamente cada um deles.

No que tange a análise dos projetos de lei que versavam sobre as políticas de Estado, verifica-se que se destacam as proposições que versam sobre segurança e tributação. Nesse sentido, o partido toma posições dúbias: ao passo que os parlamentares se filiam a uma concepção de direita no sentido do fortalecimento da segurança pública, eles também defendem uma concepção de direito tributário que privilegia a intervenção estatal na economia e favorece o fortalecimento dos cofres públicos.

No campo da economia, há um posicionamento bem mais demarcado no campo da esquerda liberal. Destacam-se, nesse sentido, as leis que protegem o consumidor, compreendendo este como parte hipossuficiente da relação de consumo.

O campo do social também é predominado pela ideologia da esquerda liberal. Nesse sentido, há um vasto predomínio dos projetos que visam a proteção do meio ambiente, vindo a demonstrar a preocupação contida no nome do partido. Importante destacar que esse é o único campo em que aparecem projetos de lei



enquadrados como de direita conservadora. Ainda que em número baixo – correspondem a 5,62% do universo analisado – eles causam estranhamento pelo deslocamento das principais ideias do partido.

Conforme se verifica, não há uma coesão de ideias que permita que um partido se coloque enquanto instituição coesa e coerente. Dependendo das forças que atuam sobre o campo político, esse pode se posicionar de diferentes formas, o que é de todo ignorado pela ciência política tradicional. Tem-se que essa é a maior contribuição que a presente metodologia tem a trazer no campo dos estudos partidários empíricos.

4) Conclusão.

O desenvolvimento da metodologia de inspiração pós-estruturalista e baseada nas ferramentas teóricas da Teoria do Discurso tem importantes contribuições à Ciência Política brasileira, principalmente porque tem o mérito de encobrir e explicar a demarcação de diferentes posicionamentos ideológicos de um mesmo partido político.

A análise realizada com o Partido Verde – baseada na classificação dos projetos de lei de acordo com os sentidos atribuídos aos espectros da direita e da esquerda pelo campo político, demonstrou que não há uma homogeneização ideológica no interior do partido, sendo que esse flutua de posicionamentos de acordo com o tema proposto.

Tais conclusões vêm a corroborar com a hipótese aventada, no sentido de que não é possível tomar uma posição essencialista com relação à ideologia partidária. Tal indicativo vem a demonstrar o sucesso na implementação da metodologia e vem a apontar pela necessidade de sua ampliação para análise de outros partidos políticos.

Referencial Bibliográfico:

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do estado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.



CARREIRÃO, Yan de Souza. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, Nov 2008, p. 319-351.

LACLAU, Ernesto. La guerre des indentités. *Grammaire de l'emancipation*, 2000. In: MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*. v. 1. nº 20. Curitiba: junho de 2003. p. 135-145.

LACLAU, Ernesto. *Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LACLAU, Ernesto. *Misticismo, Retórica y Política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*. v. 1. nº 20. Curitiba: junho de 2003. p. 135-145.

MENDONÇA, Daniel de. A reforma da previdência de 2003 e a direita brasileira. In: SCHULZ, Rosângela. *Ensaio de Sociologia e Política*. Pelotas, Ed. da UFPel, 2010.

MENDONÇA, Daniel de. O programa fome zero nos pronunciamentos dos deputados conservadores. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, ano 1, nº 1, jan/jun 2011, p. 25-43.

MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca. Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. *Anais do X Encontro da Associação de Ciência Política*. Belo Horizonte: setembro de 2016.

MELO, Carlos Ranulfo; ANASTASIA, Fátima. A revista da previdência em dois tempos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 2, 2005, p. 301-332.

OLIVEIRA, Marília Silva. *Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília: 2017.



RIBEIRO, P. F. "An amphibian party? Organisational, change and adaptation in the Brazilian Worker's Party, 1980-2012". *Journal of Latin American Studies*, vol 46, pp. 87-119, doi: 10.1017/S0022216X13001831

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIRKIS, Alfredo. *O efeito Marina: bastidores da campanha que mudou os rumos das eleições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. Introdução. *O espectro da ideologia*. In: _____. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.